



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0296592-8**
EMBARGANTE: **BANCO ITAUCARD S/A**
EMBARGADO: **MÁRCIA MARIA DOS SANTOS ALVES**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO APENAS PARA EFEITO DE PREQUESTIONAMENTO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO GUERREADO.

- O Acórdão ora hostilizado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que, inexistente obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já têm força suficiente para formar o seu convencimento.

- Acautelando-se de eventual omissão na apreciação de algum dispositivo legal, os presentes Embargos Declaratórios são conhecidos apenas para declarar o prequestionamento destes, mantendo, em todos os termos, o acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0296592-8.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0296592-8**, em que figura como Embargante a BANCO ITAUCARD S/A e como Embargado MÁRCIA MARIA DOS SANTOS ALVES. Acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **conhecer** do presente recurso, apenas para declarar o prequestionamento da matéria, mantendo, em todos os termos, o acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0296592-8, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26-03-2013


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0296592-8**
EMBARGANTE: **BANCO ITAUCARD S/A**
EMBARGADO: **MÁRCIA MARIA DOS SANTOS ALVES**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

O Banco ingressou com os presentes Aclaratórios em face de acórdão prolatado por esta Câmara nos autos do Recurso de Agravo de nº 0296592-8, que lhe negou provimento e manteve a decisão terminativa prolatada no Agravo de Instrumento nº 0296592-8.

Aduziu o Embargante que o provimento fustigado apresenta omissão quanto ao pronunciamento sobre a inexistência de conexão/continência entre a Ação Revisional e a Ação de Busca e Apreensão e ainda sustenta a omissão desta Relatoria quanto ao art. 928 do CPC.

Este recurso teve, precipuamente, a finalidade do prequestionamento da matéria.

É o relatório.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 26-03-2013


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0296592-8**
EMBARGANTE: **BANCO ITAUCARD S/A**
EMBARGADO: **MÁRCIA MARIA DOS SANTOS ALVES**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

O presente Aclaratório foi intentado com o fito de ver retificado a omissão apontada e tornar expresso o prequestionamento da matéria como condição para interposição dos recursos nas instâncias superiores.

Insta destacar que o acórdão fustigado trata, claramente, das razões que ensejaram o não provimento do Recurso de Agravo interposto.

Ademais, em que pese a fundamentação exaustiva sobre o acolhimento do instituto da conexão entre as ações de busca e apreensão e revisional do contrato de financiamento, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento. Não há, pois, qualquer exigência de que deva existir resposta de "ponto por ponto" alegado pela parte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.(ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE.) 1. **Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes.3. [...].** (EDcl no REsp 947.953/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Jul. em 23/11/2010, DJe 02/12/2010, sem grifos no original).

Nesse contexto, afirmou a Embargante que o Acórdão prolatado por esta Câmara apresentou omissão quanto à defesa de inexistência de conexão e também quanto ao art. 928 do CPC.

Ora, não merecem prosperar tais alegações, posto que restou amplamente discutida a questão ventilada nos autos, sobretudo no tocante a ocorrência da conexão entre ditas ações apta a constituir a prevenção do juízo da primeira ação proposta.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Com efeito, entendeu esta relatoria, com lastro em vasta jurisprudência colacionada no julgado guerreado, que, apesar de propostas duas ações distintas, com causas de pedir próxima diversas, pois na ação de busca e apreensão o fundamento jurídico para embasar o pedido formulado é o inadimplemento, e na ação de consignação em pagamento cumulada com revisional justifica-se o pedido apresentado, notadamente, em razão da alegada abusividade de cláusulas contratuais, com espeque na jurisprudência abalizada de nossas Cortes Superiores, é suficiente a semelhança entre as causas de pedir remota.

In casu, ambas as ações apresentam semelhança quanto à causa de pedir remota, qual seja, o contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, celebrado entre as partes, impondo-se, portanto, a união das ações referidas para julgamento pelo juízo da 19ª Vara Cível, onde tramita, com antecedência, a ação de consignação em pagamento proposta pela embargada em face do embargante.

No tocante a alegação de omissão no pronunciamento quanto ao art. 928 do CPC, este não foi objeto de questionamento recursal, em nenhum dos recursos interpostos. Inexiste, portanto, dita omissão.

Ante as razões acima esposadas, acautelando-se de eventual omissão na apreciação de algum dispositivo legal questionado, **VOTO** pelo conhecimento dos presentes Embargos Declaratórios, apenas para declarar o prequestionamento da matéria, mantendo, em todos os termos, o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0296592-8.

É como voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 26-03-2013


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -